



O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Ano IX • Junho/Julho/Agosto 2000 • Nº 43

EDITORIAL

Unidos na luta pela dignificação

Vários acontecimentos reclamam o reforço da nossa unidade e determinação na luta pela dignificação.

A forma como a revisão do EMFAR teve o seu epílogo. Os regulamentos à Lei do Serviço Militar (LSM) elaborados e promulgados nas costas das associações. E, finalmente, os projectos de Código de Justiça Militar (CJM) e de Regulamento de Disciplina (RDM).

Podem chamar, quanto a estes dois últimos diplomas, de anteprojectos. A verdade, é que existem e a verdade é que a sua matriz é má. Até podiam ser anteprojectos com uma boa base de partida. Mas são aquilo que quem manda quiser chamar, com uma péssima base de partida. E com uma base má não se constróem bons diplomas. Esta é uma singela verdade.

A pressa do Governo é muita. Quando se reunir com os seus homólogos da União Europeia, para iniciarem o processo de constituição da Força Europeia, quer ter o essencial já arrumado ou, pelo menos, encaminhado. Por outro lado, sabe que as exigências futuras vão ser maiores e os meios financeiros estão longe de dar resposta às necessidades. A esta luz melhor se percebe a degradação funcional imposta no EMFAR e melhor se percebe a necessidade de instrumentos capazes de calar o mal estar.

Enquanto o artigo 31º continua a pairar impune, mas com os dias contados, alguém se lembrou que o melhor era passá-lo para o RDM. Assim, podiam alterá-lo na Lei de Defesa que continuavam com ele noutro lado. O projecto de CJM é de bradar aos céus, mas aqui contamos com a análise e a intervenção de várias instâncias da Justiça e acreditamos que essas não permitirão que tanta "injustiça" enforme tal documento.

Mas uma coisa é certa: muito do que vão ser, ou não, tais diplomas, vai depender de nós, da nossa unidade, da nossa coesão, do nosso espírito de luta pela dignificação.

A nossa vontade de diálogo para construir diplomas modernos e credíveis é total. Mas engana-se quem pense que nos paralisa a acção e a iniciativa. Sobretudo quando está em jogo matéria de fundo.

Os momentos que vivemos apelam a uma grande disponibilidade da classe para a acção. Norteados pelos princípios que nos têm guiado ao longo da nossa existência vamos, mobilizados, prosseguir a luta pela afirmação dos nossos direitos. •

DIREITO À INDIGNAÇÃO

**Sargentos debateram propostas
legislativas do EMFAR, RDM e CJM
e aprovaram resolução**

Págs. 2, 3, 4, 5 e 6



Os regulamentos da LSM e do Sistema de Incentivos

Pág. 6

Campanha da Tijoleira

**Compra a tua placa!
Ajuda a adquirir a sede da ANS**

Reunião de Sargentos de 26 de Julho

Do primado da confiança ao direito à

A ANS, no dia 26 de Junho, promoveu a realização de uma reunião de Sargentos, na Voz do Operário, em Lisboa, para debate de importantes e cruciais questões, tais como, as propostas legislativas do EMFAR, RDM e CJM. A seguir, publicamos alguns textos da Direcção da ANS e a Resolução aprovada nessa reunião.

Queria-vos falar duma coisa que a nós nos é muito cara — a confiança! Foi decisivamente graças a ela, a confiança, que a nossa associação se ergueu, progrediu e consubstanciou. A confiança em nós próprios, acima de tudo, e naquilo que constituía e sempre constituiu a nossa razão. Foi pois, assente num princípio de confiança que a nossa força ganhou razão e a razão ganhou consistência. Foi neste primado da confiança que granjeámos a aceitação dos nossos camaradas e nesses, hoje em dia, assentamos a razão da nossa existência.

Sempre defendemos o diálogo como forma de entendimento e conquista daquilo que julgamos justo e devido aos militares em geral e aos sargentos em particular. E sempre dissémos que o diálogo se constrói numa base de confiança, esta agora não só relativamente a nós próprios, mas extensiva aos nossos parceiros, sejam eles as chefias, a tutela, o parlamento, os partidos que dão vida à nossa democracia, a quem quer que seja que ache importante, inegável e imprescindível o entendimento e a justiça como forma elevada de convivência entre os homens, superiores e subordinados, empregados e empregadores, dirigentes e executivos, patrões e trabalhadores.

Tem que ser na base da confiança mútua que se há-de construir o amanhã mais justo e mais respeitador, mais consciente e mais respeitável que todos nós

...tenhamos dado o nosso melhor e que, quando solicitados pelo Parlamento, ao nível da sua Comissão de Defesa, nos tenhamos preocupado ao máximo, elaborando um trabalho de elevada dedicação que proporcionasse aos deputados uma leitura fácil, linear e justificada daquilo que era nosso anseio ver consagrado ao nível do nosso próprio Estatuto!

...enquanto as associações, de consciência tranquila, aguardavam os resultados deste processo, (...) manobrava-se na obscuridade do silêncio e da surpresa, e inesperadamente o golpe é desferido, na véspera do encerramento dos trabalhos parlamentares, pela mão duma certa consciência pseudo-militar do grupo parlamentar do Partido Socialista, deitando por terra todo o empenhado trabalho, quer das associações, quer de alguns deputados... num único dia, o grupo parlamentar do Partido Socialista, consegue levar à votação a sua proposta de alteração ao EMFAR e ainda fazê-la passar em plenário...

sonhamos de formas várias, independentemente das nossas convicções políticas, partidárias, religiosas ou de meros princípios da condição humana. É na diversidade de todos esses factores que reside o desafio final para, apesar de tudo, encontrarmos pontes de entendimento e plataformas de diálogo que levem à resolução dos problemas e à sublimação das dificuldades derivadas de leituras diversas e distorcidas pela nossa natural dificuldade de admitir que os outros também podem ter razão. É este o equilíbrio que procuramos alcançar: admitir que as nossas dificuldades são as dificuldades dos outros vistas pelo prisma que não é o nosso. Parece um trocadilho de palavras mas não o é! É a condição humana no seu melhor e no seu pior! Mas é com ela que temos que lidar!

Por tudo isto, é o primado da confiança tão importante, mas quando plenamente assumido por todas as partes envolvidas e não apenas utilizado como instrumento político de curta ou longa duração.

E é aqui que queremos chegar. Quando, concretamente, em relação ao EMFAR, as associações, insatisfeitas que

ficaram com o texto aprovado em Conselho de Ministros, o ano passado, e porque no processo não foram, mais uma vez envolvidas, encetaram um outro, através da Assembleia da República, com vista à correcção do diploma, fizeram-no em burocracia da melhor das boas vontades e no pressuposto de que seria a A.R. o local mais apropriado para se fazerem ouvir e verem atendidas as suas pretensões.

Privilegiámos a confiança. A confiança nos nossos deputados. A confiança nas nossas forças partidárias e políticas, fossem elas quais fossem. A confiança nos nossos governantes, que certamente se hão-de deixar conduzir por elevados princípios dentológicos e de justiça social. A confiança em nós próprios, obviamente, que nos acreditamos e respeitamos.

Tudo isso contribuiu para que tenhamos dado o nosso melhor e que, quando solicitados pelo Parlamento, ao nível da sua Comissão de Defesa, nos tenhamos preocupado ao máximo, elaborando um trabalho de elevada dedicação que proporcionasse aos deputados uma leitura fácil, linear e justificada daquilo

que era nosso anseio ver consagrado ao nível do nosso próprio Estatuto!

É nesta base que trabalhamos e sabemos desenvolver a nossa acção ao nível das propostas e do debate, e assim ficamos a aguardar o reflexo do nosso contributo.

Puro engano! Enquanto as associações, de consciência tranquila, mercê da sua dedicada contribuição, aguardavam, não sem alguma impaciência, os resultados deste processo, que se queria límpido e exemplar, de modo a ficar como exemplo duma metodologia votada à eficácia e ao sucesso, pelo Parlamento, e a nível do Governo, manobrava-se na obscuridade do silêncio e da surpresa, e inesperadamente o golpe é desferido, na véspera do encerramento dos trabalhos parlamentares, pela mão duma certa consciência pseudo-militar do grupo parlamentar do Partido Socialista, deitando por terra todo o empenhado trabalho, quer das associações, quer de alguns deputados, por certo bem intencionados mas incapazes de adivinhar o mais recôndito desta maquiavélica arte de fazer política.

Num único dia, o grupo parlamentar do Partido Socialista, consegue levar à votação, na especialidade, a sua proposta de alteração ao EMFAR e ainda fazê-la passar em plenário, num verdadeiro golpe de mão, a que não faltou seguramente alguma argúcia de tática militar, que aliás, é justo realçar, denota bem a formação técnico-profissional do agente envolvido no processo.

Atente-se bem, que o que aqui está em causa, não é tanto o conteúdo, mas muito especificamente a fórmula encontrada para derrotar o clima de diálogo e de confiança que, em boa hora se havia criado. E isto porque o conteúdo, em si, até é positivo e engloba algumas das aspirações, em devido tempo expressas pela ANS. O que aqui é grave, é o

O que visa a regressão funcional?

Decidi em boa hora a Direcção, da ANS, promover esta reunião da classe. E as informações já aqui trazidas pelos camaradas da Direcção confirmam esta opinião que já tinha quanto à necessidade de nos juntarmos para um ponto de situação.

Na verdade, ou muito me engano ou a classe, os sargentos, estão perante uma nova fase, por parte do poder político, de intentos não duvidosos, mas de intentos reais de ferir direitos e regalias e muito em especial a dignidade da classe.

Não pode estar num relacionamento

construtivo e de boa fé quem agiu como agiu no que respeita ao EMFAR.

Não pode estar num relacionamento construtivo e de boa fé quem agiu como agiu no que respeita aos diplomas regulamentadores da LSM.

Não pode estar num relacionamento construtivo e de boa fé quem elabora um documento de trabalho sobre o RDM com o conteúdo que tem aquele que se conhece.

Eu não estou a dizer que se quebrem as pontes do diálogo. Estou a dizer que não podemos ser anjinhos! Não temos sido e concerteza que não iremos começar agora a sê-lo.

Temos portanto, na minha opinião, de ao mesmo tempo que solicitamos o diálogo e o desenvolvemos, ir condicionando o desenvolvimento que o Poder vai dando aos diplomas. Eles não param para nos ouvir, nem nos chamaram para participar na elaboração. Eles fizeram os documentos e puseram-nos a rolar. A rolar por vários sítios, mas não os das associações. Isto são factos.

Existem variadíssimas outras matérias importantes para a nossa vida militar. Mas temos de concordar que o Estatuto, o RDM e o CJM são peças centrais. Na revisão do Estatuto imperou da parte do PS a técnica do golpe. O que

foi aprovado é mais positivo do que aquilo que estava? Sem dúvida. Mas não podemos escamotear, esquecer ou ignorar, que aspectos centrais para a carreira, para a valorização funcional, regrediram. Ora, qual a razão, pela qual há quem queira essa regressão funcional? O que visam? Visam crescentemente e perante as dificuldades no recrutamento pôr os sargentos a tratar de todos os "pincéis"! E sabem bem que a consciência da classe, quanto aos seus direitos, irá resistir a esse tratamento. Importa pois, um RDM e um CJM capazes de nos "meter na ordem", na ordem deles.

Se este não fosse o objectivo, então os conteúdos dos documentos seriam outros. Então, não vazariam para o RDM o artigo 31. Se outras fossem as intenções, as bases de partida dos documentos seriam outras. E seria outra também a forma como se relacionariam connosco, como nos chamariam a participar. Isto parece-me uma evidência.

Conquistámos o diálogo — e repito a palavra, conquistámos. E queremos o diálogo. Mas, camaradas, não podemos assistir a intenções que são verdadeiros atentados aos nossos direitos e até à nossa inteligência, à nossa dignidade como se nada fosse. Isto, já para não

falar das propostas que temos entregues e sobre as quais não temos respostas.

Há pois, na minha opinião, razões mais do que suficientes para lutarmos.

Portanto, acho que a classe deve ser convenientemente informada daquilo que está em curso. Acho que se devem solicitar audiências urgentes e nas mesmas dizer bem expressa a nossa indignação e a nossa vontade de que tais diplomas não prossigam o seu caminho ofensivo para a classe. Acho que se deve, em Setembro, promover uma ronda de reuniões pelos núcleos. Acho que em data a definir pela Direcção — mas eu adianto o 5 de Outubro — e a não haver alterações significativas ao quadro existente, se deveria fazer um Encontro Nacional de Sargentos, devendo cada um de nós fazer um grande esforço de mobilização. Acho ainda que esse Encontro deveria ter lugar em Lisboa. Mas acho também, que, caso os diplomas prossigam entretanto o seu injurioso caminho, a Direcção deverá ficar mandada para substituir esse eventual Encontro Nacional por outra qualquer forma de luta. ●

Armando Parreira

Director de "O Sargento", SCH Ref.

O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos

Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 21 815 49 66 - Fax: 21 815 49 68

E-Mail: ana@esoterica.pt
geral@ana.pt
osargento@ana.pt

Produção: Apolo redactorial, Grafismo e Paginação: António Amaro

Fotótipo e Impressão: Selecção Gráfica, Lda

Periodicidade: Trimestral

Tragem: 3.500 ex.

Depósito Legal: 48582/91

Registo na DGCS: 115109 ●

indignação

desrespeito total pelo primado da confiança que destrói qualquer relação séria e institucional, objectivo caro e essencial ao são relacionamento entre associações, tutela e parlamento.

É isto que nos revolta e faz ressurgir em nós um crescente direito à indignação! A mulher de César não basta parecê-lo, é necessário, acima de tudo, sê-lo! Quer isto dizer que ao Governo não basta sugerir a intenção de dialogar, é imperioso que este aconteça e apresente resultados! Se exigem de nós, e muito bem, seriedade, hombridade, verticalidade e lealdade, é bom que ele próprio, o Governo e o seu grupo parlamentar se revejam nestes princípios, para podermos chegar a bom porto nesta questão, que não vai morrer aqui, antes pelo contrário vai estar cada vez mais em foco, na linha de conduta que é a nossa e assenta na convicção da nossa razão.

A apreensão que esta metodologia nos suscita, é infelizmente agravada com os contornos agora postos a descoberto quanto à prevista apreciação e aprovação, a breve trecho, dos diplomas referentes ao CJM (Código de Justiça Militar) e RDM (Regulamento de Disciplina Militar).

... ao Governo não basta sugerir a intenção de dialogar, é imperioso que este aconteça e apresente resultados! Se exigem de nós, e muito bem, seriedade, hombridade, verticalidade e lealdade, é bom que ele próprio, o Governo e o seu grupo parlamentar se revejam nestes princípios, para podermos chegar a bom porto nesta questão, que não vai morrer aqui, antes pelo contrário vai estar cada vez mais em foco, na linha de conduta que é a nossa e assenta na convicção da nossa razão.

...e sempre a confiança! A chave de toda esta dialéctica e a mãe de todas as intenções! Temos pois razão para estarmos indignados!

Com efeito, o compromisso assumido pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional, de em tempo útil, ouvir as associações de militares sobre matéria de tamanha importância e de revisão tão premente, adaptando-a à realidade actual e enquadrando-a na legislação existente, quer a nível paralelo, quer a montante, começa a desenhar-se de cumprimento estranhamente difícil de respeitar, quando diversas fontes apontam como iminente a sua subida a Conselho de Ministros e se fala mesmo duma possível figura de autorização legislativa, que permita a aprovação destes diplomas, ao nível restrito do referido Conselho de Ministros, e quanto a nós sem espaço de manobra para que o compromisso do MDN seja cumprido e tomado em linha de conta.

Em termos de relacionamento, nada nos move contra a figura do Dr. Júlio Castro Caldas e mesmo enquanto investido da sua condição de Ministro da Defesa Nacional, temos tido, da sua parte, um comportamento, diríamos exemplar, ao nível da sua disponibilidade para nos receber, ouvir e mesmo debater as linhas gerais dos assuntos em questão. Só que, convenhamos, isso não chega. É uma atitude civilizada e respeitadora, que

nem todos, é certo, conseguem assumir, mas não chega! É absolutamente imprescindível que esse relacionamento avance para fórmulas mais decisivas e concludentes, das quais se sintam os resultados e sobressaia a vontade e confiança de ambas as partes, sob pena de cairmos em terrenos lodosos e emaranhados, propícios à manipulação de intenções e vontades, o que em suma minará a génese de qualquer boa vontade e confiança.

E sempre a confiança! A chave de toda esta dialéctica e a mãe de todas as intenções!

Temos pois razão para estarmos indignados! E que fique bem assente, que não se trata de uma maneira de estar, mas antes de um estado de espírito, motivado por tudo quanto aqui foi dito e outro tanto sugerido...

É conveniente realçar que a ANS, como associação militar, existe e é uma realidade que não pode nem deve ser escamoteada, diminuída e muito menos apagada! Que fique bem claro, que em todos estes processos nós seremos parte integrante, independentemente da vontade de chefias, políticos ou meros tecnocratas da administração pública. **Relativamente a nós - ANS - só são possíveis duas atitudes: ou conosco ou contra nós! Acrescentáramos talvez mais uma, intermédia e essencial: em consenso, com respeito e confiança mútua! Agora sem nós, nunca!**

Que reflitam bem, pois, todos aqueles que algum dia julgaram poder jogar as suas cartas sem a intransigente, serena e convicta intervenção da Associação Nacional de Sargentos.

Para terminar, queríamos apenas realçar, e nunca é demais fazê-lo, que a confiança é a base de qualquer relação e sem ela dificilmente se avança para um estágio superior. Agora, os problemas só se resolvem, resolvendo-os. Os problemas não se apagam!

E porque, no fundo mais não fazemos do que defender a instituição e a condição militar, deixamos aqui uma interrogação que nos parece legítima: **Qual, no meio de tudo isto, a posição das nossas chefias, quando do que se trata essencialmente, é da intransigente defesa dos militares e da sua condição, independentemente de categorias, postos ou hierarquias?**

Deixamos, pois, aqui este desafio e responda quem souber!

Ainda nem sequer estamos cansados! Começamos, sim a estar fartos! Mas exaustos, nunca! ●

Mais textos na página seguinte



RESOLUÇÃO

Os Sargentos reunidos na Voz do Operário em Lisboa, no dia 26 de Julho de 2000, preocupados com as consequências da nova atitude do Governo e do Partido Socialista relativamente ao diálogo e às questões estatutárias e da justiça e disciplina militares, resolveram dar especial visibilidade aos seguintes pontos:

1. Dar conhecimento público do seu descontentamento pela forma como foi aprovado o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e afirmar que não aceitam que as suas questões de carreira sejam tratadas desta maneira;
2. Mostrar a sua incomodidade, frustração e indignação pela forma pouco clara e inesperada como foi aprovado o Diploma de alteração ao EMFAR, apesar de este conter algumas medidas positivas, pelas quais os Sargentos se vinham batendo há muitos anos; continua, no entanto, este Diploma a manter um conjunto de mecanismos estatutários que conduzem ao retrocesso funcional e à desvalorização profissional, ou seja, a aplicação da flexibilidade e polivalência às Forças Armadas, com todas as consequências nefastas para a vida e operacionalidade de uma instituição altamente hierarquizada como são as Forças Armadas;
3. Não foram, por outro lado, contempladas as medidas necessárias ao rejuvenescimento dos quadros orgânicos, de modo a pôr termo a aberrações de carreira que hoje em dia ainda se verificam, levando a que sargentos, com todas as qualificações necessárias e condições de promoção exigíveis, se mantenham durante longos anos no posto de 1º Sarg e Sarg Aj, sem perspectivas credíveis de progressão;
4. Consideram ainda, que esta forma de aprovar matéria tão relevante para as Forças Armadas, fugindo ao diálogo com os interessados, constituiu uma oportunidade perdida para criar as condições estatutárias e dar uma nova imagem à profissão militar capaz de motivar e atrair os jovens ao serviço nas fileiras;
5. À semelhança do que aconteceu com o EMFAR, também agora e relativamente ao Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e ao Código de Justiça Militar (CJM), tudo se encaminha para que se criem condições tendentes a uma possível aprovação destes Diplomas, sem que a sua apreciação possa ser feita a nível das associações de militares, com a agravante de conterem estes documentos um conjunto de medidas e penas disciplinares aparentemente ainda mais gravosas do que as actualmente em vigor, destacando-se de entre elas, pela gravidade e pelos sintomas que revela, a que estabelece como Dever de Isenção o articulado do actual artigo 31º da LDNFA, contra o qual gerações sucessivas de Sargentos se têm batido, por conter um conjunto de restrições e proibições que extravasam o permitido pelo artigo 270º da CRP;
6. Os Sargentos presentes, preocupados e profundamente descontentes com esta forma de tratamento das questões que directamente lhes dizem respeito, reiteram o seu apoio inequívoco às propostas da ANS entregues aos órgãos de soberania e mandatam a sua Direcção para tomar as medidas e atitudes que considerar mais adequadas à preservação e defesa dos interesses dos Sargentos de Portugal, das suas expectativas de carreira e da sua dignidade profissional, enquanto cidadãos em uniforme. ●

Acerca do EMFAR e da sua alteração

Esta intervenção acerca do EMFAR tem o propósito de recordar alguns passos importantes da luta dos Sargentos por uma carreira digna e por um estatuto, pois, atravessamos um momento complexo e crítico em que a memória parece falhar, e ouvem-se vozes a dizer que, afinal, quem tem lutado e conseguido avanços nas carreiras dos Sargentos foram outros que não nós.

E bom recordar que se hoje existe um estatuto que regula a carreira dos militares deve-se, em grande parte à luta abnegada e persistente dos Sargentos. Já em 1980 foram castigados com a passagem à reserva compulsiva 4 camaras das sargentos da Armada, por terem participado num almoço do 31 de Janeiro onde a tónica foi a reclamação de um estatuto que uniformizasse as carreiras nos ramos.

Durante a década de 80 os Sargentos criaram, primeiro a comissão pró-estatuto, e mais tarde a Comissão Nacional de Sargentos que abriu o caminho à nossa Associação Nacional de Sargentos. Dessa luta resultou, em meados da década, o Diploma de Encarte, que o poder político foi obrigado a implementar perante a dimensão do movimento que se gerou exigindo uma Carta Patente, à semelhança dos Oficiais.

Mas logo no início da década, aquando da promulgação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, quando ainda muitos se acomodaram ou concordaram mesmo com a esta lei, nós fomos os primeiros a sair a terreiro em defesa dos direitos de cidadania alertando para os prejuízos que adviriam desta lei.

Um aspecto foi recorrente na luta dos Sargentos desde o movimento dos Sargentos de 68 e 69 — o das Carreiras. Por carreiras dignas, por um estatuto que lhes dê fluidez e dignidade, por funções e cargos com a respectiva responsabilidade e autoridade, por mais e melhor formação, têm-se batido ao longo destes anos gerações consecutivas de Sargentos e muitos sacrificaram as suas carreiras e mesmo as suas vidas pessoais.

Por tudo isto os Sargentos têm demonstrado que são cidadãos maiores, que não precisam de tutores que lutem por eles: que sabem o que querem são capazes de se unir e mobilizar em torno daquilo que os dignifica e honra: o servir nas Forças Armadas com um estatuto profissional que lhes dê uma perspectiva de carreira!

Mas também é bom lembrar que se não precisamos de tutores, precisamos de amigos e de aliados, e temos sabido conquistá-los com a nossa dedicação, honestidade, frontalidade e justiça. A todos os que desde a primeira hora têm estado in-

condicionalmente ao nosso lado o nosso bem hajam.

E foi a nossa luta de gerações que deu um contributo decisivo para a promulgação do primeiro EMFAR, o Decreto Lei 34-A/90. E nessa altura, é também bom recordar, apesar de termos lutado por esse estatuto com tanto empenho, contestámos dezenas de artigos. E em boa hora o fizemos, pois os nossos protestos tiveram eco no grupo parlamentar do PCP que apresentou um projecto de alteração, e nesse processo foram alterados em sede de Assembleia da República dezenas de artigos, muitos dos quais vie-

duzir nas Forças Armadas a flexibilidade e a polivalência, a nosso ver, incompatíveis com a vivência e a estrutura militar altamente hierarquizada e assente no pilar da disciplina. E dissemo-lo porque, para além de constituir um retrocesso relativamente ao que se praticava há dezenas de anos nas nossas Forças Armadas, contém os genes da inversão hierárquica e da subversão de valores fundamentais para garantir a operacionalidade e a disciplina.

Alertámos também que do ponto de vista das carreiras se introduziam mecanismos geradores de instabilidade e pervers-

onde teríamos oportunidade de esclarecer mais profundamente os nossos argumentos. Ficou ainda indiciada a possibilidade de as associações militares virem a ser auditadas sobre a matéria quando a CDN tivesse um documento final preparado.

De então para cá a ANS, na sequência de encontros regionais que promoveu com os sargentos, elaborou adendas com propostas para questões entre tanto apontadas nesses encontros. Não voltou a ser recebida nem solicitada a prestar melhores esclarecimentos sobre a matéria.

A propósito do artigo 29º do

Mais uma vez foram contempladas propostas nossas, que se impuseram pela sua justeza e porque, afinal, depois de todas as expectativas, o resultado não poderia ser uma mão cheia de nada. E este é um facto positivo que nos deve indicar que vale a pena lutar.

Contudo, as propostas que foram atendidas foram, no essencial, as relativas à melhoria de condições para o pessoal mais antigo passar à situação de reserva e de reforma — como se quisessem apressar o abandono das fileiras das gerações mais antigas de militares.

As propostas estruturantes e



ram a ter a redacção que propusemos. Mas, também é bom recordar, na altura a Assembleia funcionou de modo mais aberto e receptivo do que aconteceu na revisão que inteiramente foi levada a cabo neste ano.

Uma leitura atenta aos nossos discursos e aos nossos Cadernos de Aspiraões dá a indicação precisa das críticas que desde então continuámos a fazer ao desenvolvimento das carreiras e à falta de mecanismos reguladores. O DL 236/99, que veio publicar o novo EMFAR, foi, também, em grande medida, fruto da nossa intensa luta e crítica, mas também da nossa razão.

E tal como tínhamos feito relativamente ao primeiro, também neste realçamos os aspectos positivos, de entre eles se destacam os relativos aos 25% de aumento de tempo de serviço para compensar a penosidade, o stress e o risco inerentes à função militar. Mas, tal como em 90, também criticámos os aspectos negativos que este DL introduziu nas preceitos estatutários.

Alertámos que continham medidas que constituíam um enorme retrocesso funcional e uma desvalorização profissional inaceitáveis, por virem intro-

duzir nos valores militares e da sua concorrência aos postos cimeiros, violadores do direito ao mínimo de certeza e segurança jurídica.

Os nossos protestos apresentados aos vários grupos parlamentares em diversas audiências e ofícios, encontraram eco no Parlamento, tendo o grupo parlamentar (GP) do PCP apresentado uma proposta de Lei de alteração ao DL 236/99, que no essencial, continha as nossas propostas de alteração e mereceu o nosso aplauso. Assim como o facto de este projecto de Lei ter sido aprovado na generalidade para baixar à Comissão de Defesa Nacional (CDN).

No seguimento deste processo foi a ANS (bem como a AOFA e a ASMIR) convocada para uma sessão de trabalho a fim de apresentar as nossas propostas de solução para os problemas que suscitámos, bem como os nossos pontos de vista e argumentos sobre a matéria.

A ANS apresentou um numeroso e fundamentado conjunto de propostas nessa sessão de trabalho e, dado alguns dos Srs Deputados não estarem suficientemente preparados, foi-nos pedido que ficassemos disponíveis para contactos futuros

DL 236/99 a AR produziu a Lei nº 12-A/2000 de 24 de Junho prorrogando a entrada em vigor deste artigo, da fusão dos quadros da Força Aérea, para 31 de Dezembro de 2000, indiciando, assim, que a conclusão do processo de alteração ao EMFAR só se concluiria no fim do corrente ano.

É neste contexto que, inesperadamente, o Partido Socialista apresenta em sede de CDN uma proposta sua de alteração, com a designação DT2, no dia 5 Julho, que agendou para ser votada no dia seguinte, dia em que subiu a plenário para aprovação final global.

Se é certo que a proposta é do GP do PS, não é menos certo que contou com o conhecimento do MDN e a sua própria comparação nessa manhã nos Passos Perdidos.

É por isso que ficámos chocados, para ser comedidos na adjectivação, e afirmámos que esta forma autista, intempestiva e inesperada de funcionamento é inaceitável no Estado de Direito democrático saído de 25 de Abril de 1974. É por isso que afirmamos que, quanto ao processo do EMFAR, afinal e contrariando as expectativas criadas, mais uma vez, não se passou da **ouvição**.

que poderiam gerar de forma consistente e sustentada, fluidez nos quadros e ascensão nas carreiras, não foram contempladas.

Nem tão pouco aquelas que mais indignação provocaram nos sargentos de Portugal e que, em grande medida, originaram as manifestações de indignação dos dias 12 de Maio e 29 de Junho de 1999:

a) as que introduziram o retrocesso funcional e a desvalorização profissional;

b) as que introduziram os mecanismos que permitem aos CEMs extinguir os postos de SMOR ou outros, nalguns quadros orgânicos;

c) e as que, não garantindo que os mais aptos atinjam os postos cimeiros, implicam a passagem à reserva compulsiva dos que forem ultrapassados na promoção uma ou mais vezes num período de tempo, sendo triplamente penalizados pelo facto.

Eis algumas das razões da indignação que hoje se vive no seio dos Sargentos de Portugal e que vêm somar desmotivação à desmotivação já existente.

Os Sargentos de Portugal são cidadãos maiores, sabem o que querem e saberão conquistá-lo! ●



Alteração do CJM

A urgência de uma revisão sistemática e global do ordenamento disciplinar e penal das FA's era, desde há muito tempo, reclamada pelos cidadãos em uniforme e um compromisso invariavelmente inscrito nos diversos programas de Governo.

Aconteceu que a 4ª Revisão Constitucional (lei constitucional nº 1797) veio trazer uma enorme novidade no panorama histórico da organização judiciária portuguesa — a **extinção dos tribunais militares** — salvo em tempo de guerra (artº 209º e 213º da CRP).

Ao tomarmos conhecimento de que existe um projecto, em fase adiantada, de um novo Código de Justiça Militar (CJM) e Regulamento de Disciplina Militar (RDM), ficámos surpreendidos!

Como se sabe, o Processo Disciplinar Militar e o CJM têm vindo a sofrer um processo de erosão acentuado:

■ Só Acórdãos do Tribunal Constitucional (TC) sobre inconstitucionalidade de normas do CJM, contámos, pelo menos, 50, o que face a outros ramos do direito é algo de preocupante e que tornou o actual CJM uma verdadeira manta de retalhos...

Este processo de revisão da Justiça Militar devia, pela sua complexidade, ser alvo de análise e profunda reflexão nas universidades de direito, pelos professores, com consultas e debates, por parte de pessoas que no fundo não estejam cristalizadas por interesses não legitimados.

E o que está a acontecer?... A feitura dos projectos está a ser feita sem a consulta dos interessados, sem a audição das universidades e dos seus mestres, sem debates abertos a todos, o que torna, desde já, tais diplomas susceptíveis de enorme contestação quando, pelo contrário, podia e devia esta ser uma oportunidade legitimadora para o poder político.

E a nossa preocupação é

maior quando S.Exª o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Júlio Castro Caldas, em audição concedida à ANS, nos garantiu que seríamos auscultados sobre esta matéria.

Corre pois o risco S.Exª o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Júlio Castro Caldas, que foi bastonário da Ordem dos Advogados, instituição essencial para a defesa dos direitos dos cidadãos, de, a ser aprovado este projecto, ficar o seu nome para sempre associado ao facto de decisivamente ter coarctado direitos, liberdades e garantias aos militares — cidadãos em uniforme!

Vejamos alguns exemplos, mesmo sem a possibilidade de uma análise mais profunda e sistemática a este documento:

■ Do princípio da igualdade, consagrado no seu artº 13º, resulta não só a igualdade de todos perante a lei, no sentido de esta dever ser aplicada a todos de modo igual, como também, um comando dirigido ao legislador, exigindo igualdade da lei. Este sentido consubstancia-se na proibição da discriminação, na criação de situações de vantagem para uns e para outros de forma infundada e irrazoável.

Então a justiça não é cega?... Não é aplicada com rigor, independentemente dos postos da hierarquia militar?

Então porque estipulam, por exemplo, as normas do artº 47º e 52º do projecto de CJM, penas diferentes para oficiais, sargentos e praças?...

■ Porque razão só pode o arguido escolher como defensor um Oficial Superior dos QP's, não podendo essa escolha recair sobre um sargento licenciado ou mestre em direito, ou um praça com as mesmas qualificações?...

■ Neste projecto verificamos que a tentativa é sempre punível, contrariamente ao estabelecido no artº 23º do Código Penal (CP) onde, salvo disposição em contrário, só é punível, se ao crime corresponder pena su-

perior a 3 anos de prisão!

■ As circunstâncias agravantes e atenuantes para a determinação da medida concreta da pena devem obedecer a métodos de ponderação relativos à execução do facto criminoso (dados objectivos), às motivações e sentimentos do agente que rodearam a execução do

crime, o grau de culpabilidade e condição económica, social e cultural do agente, aos actos demonstrativos de arrependimento, ao esforço do agente para reparar os males do crime. O Direito Penal não pune a personalidade do agente, ao contrário do que refere o artº 20º e 21º deste projecto!

Alteração ao RDM

O artigo 73º da LDNFA (Lei nº 29/82 de 11DEZ) impõe que no prazo de um ano a contar da entrada em vigor desta lei, serão aprovados ou revistos, por Lei da Assembleia da República ou decreto-lei do Governo, conforme o caso, vários diplomas: no conjunto de diplomas elencados encontram-se o CJM e o RDM.

Quer isto dizer que o actual RDM aprovado pelo DL 142/77 de 9 de Abril (ainda, da responsabilidade do Conselho da Revolução) deveria, por força da lei, ter sido revisto até finais de 1983. Estamos, portanto, com 17 anos de atraso, o que nada abona o órgão legislador por excelência — a Assembleia da República — nem os diferentes governos da Nação, que têm presidido ao destino do país durante este período de tempo.

O RDM é a norma legislativa que regulamenta a disciplina militar. Disciplina que se obtém pela convicção da missão a cumprir e mantém-se pelo prestígio que nasce dos princípios da justiça empregados, no respeito pelos direitos de todos, do cumprimento exacto dos deveres, do saber, da correcção do proceder e da estima recíproca.

Estes devem ser os princípios fundamentais em que assenta a disciplina militar, condição indispensável para o cumprimento da missão histórica e nacional cometida às Forças Arma-

das. Mas, como projecção que devem ser destes princípios, as normas regulamentares que regem as Forças Armadas não se cristalizam; antes evoluem de acordo com a própria evolução social.

Assim foi, em 1977, quando da elaboração do RDM, ainda em vigor, apesar das condicionantes existentes nessa altura e que o próprio documento traduz: a instabilidade política, social e militar; a forma de prestação do serviço militar assente no SMO e a baixa formação académica dos mancebos.

Hoje, é inegável, passados 23 anos o País sofreu profundas transformações sociais e políticas: vivemos há já vários anos num clima de estabilidade e tranquilidade política; as Forças Armadas, apesar das profundas transformações sofridas, estão coesas e estabilizadas, cumprem com brio e orgulho as missões que lhe são atribuídas, prestigiando-se e prestigiando o País em qualquer palco, nacional e internacional, onde são chamadas a intervir; a formação académica, e não só, dos militares aumentou, de lá para cá, de forma quase exponencial; os mancebos de hoje, têm uma qualidade que antes não tinham, fruto da exigência académica para integrarem as fileiras.

Como afirmámos anteriormente, as normas regulamentares que regem as Forças Ar-

■ A disparidade de molduras penais abstractas entre o CP e este projecto de CJM é uma realidade. Basta ter em atenção o capítulo III do CP — Dos crimes contra a integridade física — artº 144º e seguintes, para se chegar à conclusão que as molduras penais, neste caso, são menores do que as previstas no artº 92º do actual projecto — Violências entre militares.

E, quanto a exemplos, ficarmos aqui por aqui.

A ANS não contesta a feitura dum novo CJM, embora não seja de descurar uma possível alteração do Código Penal, onde passariam a estar incluídos os crimes estritamente militares.

Discorda-se que existam regras distintas das contidas no Código Penal, porque são estas que salvaguardam os direitos, as liberdades e as garantias do cidadão.

Quero aqui citar o Mestre Francisco Costa Oliveira, assistente da Faculdade de Direito de Lisboa que, no livro que escreveu intitulado "O Direito Penal Militar — Questões de legitimidade" escreveu: "**A pena de prisão disciplinar prevista no RDM é uma aberração jurídica que devia ser imediatamente suprimida.**"...

O investigador manifesta a esperança que a justiça militar venha a sofrer alterações profundas...

Ilustre mestre, bem pode esperar!... ●

mas não se cristalizam, devem evoluir de acordo com a evolução social.

Era o que seria suposto acontecer com o projecto de revisão do RDM. O projecto, ora em análise, da responsabilidade deste Governo, tinha obrigação de traduzir esta evolução. Lamentavelmente não o faz, antes pelo contrário.

Copia, e nalguns casos mal e para pior, o que existe, e no que inova, introduz conceitos no mínimo aberrantes — para não ser muito duro no adjectivo. Impõe a verdade que se diga, e porque estamos a falar de inovações, que é com agrado que vemos vertida neste projecto a figura da suspensão da eficácia da pena de prisão disciplinar (artigo 59º nº 2), quando o arguido declare pretender impugná-la hierárquica ou contenciosamente. Contudo, não compreendemos as razões que levaram a não estender este princípio às restantes penas disciplinares.

Sem prejuízo de futuras apreciações, que um conhecimento mais profundo do projecto permitir, analisemos os aspectos, que de momento, geraram a necessidade desta reunião:

■ A forma como todo o processo foi conduzido até ao momento, no absoluto silêncio dos gabinetes, apesar dos compromissos assumidos pelo Sr. Ministro da Defesa em consultar as

Continua na pág. seguinte

EMFAR, alteração: porquê a indignação?

É necessário um esclarecimento acerca das razões que levam os Sargentos de Portugal a indignarem-se com um conjunto de alterações ao DL 236/99, EMFAR, genericamente positivas, muitas das quais correspondendo a propostas de alteração formuladas através da sua ANS.

Primeiro, pela forma como foi levada a cabo. Nos discursos proferidos na iniciativa do dia 26 de Julho, na Voz do Operário, e insertos nesta edição, está tratada como um golpe, pela forma abrupta, intempestiva e inesperada com que foi levada a cabo. Há, porém, mais um aspecto a realçar: **o facto de esta proposta ter sido apresentada em sede de comissão sem antecipadamente dela ter sido dado conhecimento às restantes partes envolvidas no processo;** nem sequer um simples telefonema, indiciando, deste modo, a pretensão de o fazer no silêncio dos gabinetes e apresentá-lo, já em férias, como um facto consumado.

Quanto ao conteúdo das alterações, tirando a alteração ao artigo 64º que é negativa, as restantes podem ser consideradas positivas. Finalmente teve forma de lei a nossa antiga aspiração de que quem passa à reserva antes de perfazer 36 anos de serviço militar possa ser abonado de uma percentagem do Suplemento da Condição Militar pro-

da FAP, de alguns quadros orgânicos serem promovidos ao posto imediato se reunirem um cúmulo de 18 anos nos postos actual e anterior, e que na Marinha foi aplicada aos CTEN de alguns quadros e aos MAJ do quadro de QTS do Exército, se tivesse uma aplicação generalizada a todos os CTEN/MAJ e SAJ dos três ramos iria beneficiar mais de 180 SAJ e 1 SAR da Marinha, e mais de 40 SAJ, e outros tantos 1 SAR no Exército.

A medida que no DL 34-A/90 diminuía extraordinariamente os tempos mínimos de permanência nos postos para promoção ao posto imediato, e que no DL 236/99 se manteve, embora aumentando esses tempos mínimos, tinha como objectivo rejuvenescer esses quadros. Hoje, passados 10 anos desde a aplicação dessa medida, verifica-se que esses quadros envelheceram e que os que na altura eram supostamente jovens envelheceram para níveis superiores aos que têm beneficiado desta medida.

Hoje, o que defendemos, é que essa medida seja generalizada a todos os quadros da categoria militar de sargentos; o que foi aprovado foi a manutenção da medida tal com está. E nesta situação, o que já está a acontecer, é que muitos camaradas que tinham a expectativa de passar à reserva no último

de ser considerada boa. Só que, como dizia uma camarada daquele ramo, *deram um rebufado e a cárie respectiva*, pois o seu ponto 2 estabelece que as funções "... são, genericamente, e sem prejuízo de outros cargos ou funções que lhe forem superiormente determinados,...". Eis a cárie!

Mas quanto à Marinha a coisa é ainda mais grave. Também no ponto 2 do art. 270º do EMFAR, e que não foi alterado, consta o seguinte mimo: *"São funções comuns a todos os postos da categoria de sargentos, (...) a execução de trabalhos técnicos e tarefas de vigilância e polícia e secretariado"*. Mas no art. 269º, *"Caracterização funcional das classes"*, onde no anterior EMFAR se lia "... funções no âmbito da direcção e controlo da execução de todas as tarefas...", passou a ler-se "... funções no âmbito da direcção, controlo e execução de todas as tarefas...". E com esta subtilidade, da simples consoante *"da"* passar à vogal *"e"*, ficamos remetidos para o campo da flexibilidade e polivalência aplicados às Forças Armadas.

É disto que falamos quando falamos de retrocesso funcional e desvalorização profissional. É isto que já está a ser aplicado na prática devido à escassez de praças para fazerem as tarefas de execução. É devido a isto que um GEN da FAP lavrou um despacho em que afirma ser função de um 1 SAR transportar frigoríficos, dado ser encarregado de uma messe e não haverem praças ao seu serviço. É devido a isto que no Exército, mesmo sem EMFAR que o permita, em duas Escolas Práticas, havendo falta de soldados para guarnecerem um portão que tinha de ser aberto durante um período de obras, se fizeram escalas onde concorriam desde 1 SAR antigos até cabos. É disto que falamos, foi a isto que o PS não quis pôr termo, e é isto que nós rejeitamos e não iremos ficar de braços cruzados a suportar a humilhação e os erros daqueles que ao longo destes últimos 20 anos têm tutelado as Forças Armadas.

O art. 131º, ponto 3, que passou a dizer que os quadros especiais da categoria de sargentos *"podem, consoante as necessidades orgânicas de cada ramo, incluir os seguintes postos..."*, é disto que falamos quando falamos de incerteza e insegurança jurídica.

O art. 190º, que prevê a **passagem à reserva compulsivamente** se forem ultrapassados na promoção uma ou mais vezes num espaço de tempo determinado, sendo castigado sem ter cometido qualquer falta disciplinar ou crime! É também disto que falamos quando falamos de injustiça.

Perdeu-se uma oportunidade de ouro para renovar a confiança dos militares naqueles que tão levemente têm tratado e tutelado a coisa militar. Perdeu-se uma oportunidade de ouro de se dar uma nova imagem das Forças Armadas e da profissão militar que mobilizasse os actuais militares na difusão da imagem da Instituição Militar junto dos jovens — assim não haverá dinheiro que chegue para propaganda que compense a imagem negativa que estes militares irão transmitir. Tudo faremos para que esta situação se reverta a favor da dignidade e de uma imagem da função militar que volte a atrair os jovens às fileiras. ●

Notas soltas sobre os regulamentos da LSM e do Sistema de Incentivos

Os regulamentos elaborados em sede governamental e anunciados para aprovação no Conselho de Ministros do dia 20 de Julho, merecem algumas considerações e notas.

Desde logo, o facto de as associações de militares não terem sido consultadas sobre a matéria, sendo esta de relevância para o futuro próximo das Forças Armadas. Sintomático do afastamento dos militares nas matérias que lhe dizem respeito é o facto de, por exemplo, a Associação Nacional de Municípios ter sido consultada, e muito bem, e as associações dos militares terem sido excluídas.

QUANTO AOS REGULAMENTOS, e numa primeira leitura, apraz-nos dizer o seguinte. O regulamento da LSM (Lei do Serviço Militar) vem trazer de novo as **coimas**. Qualquer jovem que a meio do contrato pretenda sair das fileiras terá de pagar uma verba correspondente aos custos de formação do mesmo. Primeiro: Esta medida é um retrocesso em relação à Legislação existente. Segundo, pergunta-se: Será que é por esta via (das coimas) que se pretende conseguir uma maior adesão dos jovens às fileiras? Não será que estes irão desanimar os seus amigos de seguirem o seu caminho, afastando-os das fileiras?

QUANTO AO SISTEMA DE INCENTIVOS, nalguns aspectos representa um retrocesso relativamente aos existentes. O jovem passa a ter um subsídio de propinas quando actualmente está isento. Só pode usufruir do estatuto de trabalhador estudante fora dos períodos de formação militar e se não estiver empenhado numa missão impeditiva, o que actualmente não se verifica.

Sobram a questão do acesso à Internet e ao crédito bonificado para habitação. O primeiro resume-se ao acesso aos terminais das suas unidades, no tempo sobrando do serviço. O segundo fica dependente das taxas de juro determinadas por Bona e com consequências já nossas conhecidas.

Enfim! Uma mão cheia de nada, que compromete, também, o futuro das Forças Armadas. ●

Alterações ao RDM

Continuação das págs. centrais

associações de militares nesta matéria.

b) A alteração ser feita no quadro do actual artigo 31º da LDN FA.

c) O Governo procurar aprovar esta norma legislativa, sem que para tal a Assembleia da República tenha aprovado a Lei de Bases da Justiça Militar e da Disciplina das Forças Armadas, documento no qual o RDM se deve enquadrar e obedecer.

d) A filosofia subjacente à alteração proposta, tem como objectivo primeiro a eficácia processual em detrimento dos direitos, liberdades e garantias do cidadão militar.

e) A proposta não ter em consideração a evolução operada na sociedade nos últimos vinte anos, contrariando o princípio da não cristalização das normas regulamentares que regem as Forças Armadas. ●

...um GEN da FAP lavrou um despacho em que afirma ser função de um 1 SAR transportar frigoríficos, dado ser encarregado de uma messe e não haverem praças ao seu serviço... É devido a isto que no Exército, mesmo sem EMFAR que o permita, em duas Escolas Práticas, havendo falta de soldados para guarnecerem um portão que tinha de ser aberto durante um período de obras, se fizeram escalas onde concorriam desde 1 SAR antigos até cabos. É disto que falamos, foi a isto que o PS não quis pôr termo, e é isto que nós rejeitamos e não iremos ficar de braços cruzados a suportar a humilhação e os erros daqueles que ao longo destes últimos 20 anos têm tutelado as Forças Armadas...

porcional ao tempo de serviço; passamos a usufruir do mesmo regime de licença de férias que goza a Administração Pública; as informações passam a ser do conhecimento obrigatório dos informados qualquer que seja o nível do mérito considerado; nenhum militar dos QP poderá jamais ser avaliado por um militar que não pertença aos QP; a redacção do artigo 9º do DL 236/99, que determina o abono de um complemento de pensão de reforma que impede que esta se degrade, para além de alargar o seu âmbito, de ser mais clara, vem, ainda, determinar que esse abono se prolongue para lá dos 70 anos de idade. Como se vê, tudo medidas pelas quais lutamos há muitos anos.

Então porquê esta indignação contra uma lei de alteração ao DL 236/99? Certamente que não é pelo que ela contém. É certamente pelo que ela não contemplou!

Ficaram de fora as medidas que:

— poderiam pôr cobro à discriminação inter e intra ramos; evitariam enormes conflitos derivados do retrocesso funcional e da desvalorização profissional e a indignidade em muitas situações; poderiam dar uma nova esperança e motivação a todos os militares briosos e meritórios que, ainda jovens, já não têm esperança de ultrapassar o posto de 1 SAR ou de SAJ.

A medida que permite aos MAJ e SAJ

posto da sua carreira, com o aumento dos tempos mínimos, já não têm idade para perfazerem o tempo de serviço suficiente para satisfazerem essa exigência. E, por absurdo que pareça, alguns pertencem a quadros que têm vagas em aberto no posto de SMOR, mas não têm ninguém que satisfaça aquela exigência; quadros envelhecidos, com militares com elevado mérito, com condecorações, com vagas por preencher, e obrigados a terminar a carreira com este desgosto.

No conjunto destas duas medidas estamos a falar, só na Marinha, de centenas de camaradas, que certamente não irão baixar os braços. **É disto que falamos quando falamos em discriminação inter e intra ramos.**

Mas, o mais grave, se podemos graduar a gravidade, são os artigos que se referem ao retrocesso funcional e à desvalorização profissional. Estamos a falar dos artigos que caracterizam as funções das classes dos Sargentos da Marinha (o que caracterizava as especialidades da FAP desapareceu no DL 236/99 e não foi repostado nesta alteração) e o que caracteriza funcionalmente os postos da categoria militar de Sargentos na Marinha e na FAP. Relativamente ao art. 279º, referente aos postos dos Sargentos da FAP, foi alterado com uma redacção que teve como matriz a redacção já existente para o Exército, e po-

Notícias da ANS

Actividade associativa

▲ 12 MAIO

— Convidados para o aniversário do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, sendo a ANS representada por Ernâni Balsa.

— Convidados para o lançamento de uma medalha comemorativa do Dia da Marinha, sendo a ANS representada por Álvaro Martins.

▲ 19, 20 e 21 MAIO

— 80º Praesidium da EURO MIL em Sonthofen, Alemanha, já noticiado no número anterior.

▲ 3 e 4 JUNHO

— Deslocação de uma delegação aos núcleos de Beja e Algarve para reuniões de trabalho. A delegação da ANS foi composta por Lima Coelho, Ernâni Balsa, Álvaro Martins e Vítor Florindo.

▲ 6 JUNHO

— Encontro de Sargentos da Armada, no CIRL, Laranjeiro.

▲ 8 JUNHO

— Participação da ANS no programa de rádio "Forum", da TSF, na sequência da jornada de reflexão levada a efeito pela AOFA.

▲ 16 JUNHO

— Audiência concedida pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Júlio Castro Caldas. A delegação da ANS foi compos-

ta por Lima Coelho, Álvaro Martins e Fernando Freire.

▲ 17 JUNHO

— Encontro de Sargentos da Força Aérea, na Voz do Operário, em Lisboa.

▲ 19 JUNHO

— Comemoração do 11º aniversário da ANS, realizando um "Porto de Honra" nas instalações do CSA, em Lisboa.

▲ 20 JUNHO

— Convite para as cerimónias do 208º aniversário do IAS FA, em Runa, sendo a ANS representada por Lima Coelho e Álvaro Martins.

— Encontro de Sargentos do Exército, em Constância.

▲ 6 JULHO

— Jantar / Porto de Honra de recepção aos novos sargentos do Exército (EPT) em Gaia, por iniciativa do núcleo local. Estiveram em representação da ANS, Teixeira da Silva e Lima Coelho.

▲ 7 JULHO

— Convite para lançamento do livro "Diário de Guerra - Angola 61/63", no Forum FNAC, no Chiado. AANS esteve representada por Lima Coelho.

▲ 11 JULHO

— Convite para lançamento do livro "Que Formação para os Magistrados Hoje?", no Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, no Largo do Lim-

eiro, em Lisboa. A ANS foi representada por Álvaro Martins.

▲ 15 JULHO

— Convite para almoço comemorativo do 14º aniversário do Clube de Sargentos da Força Aérea, no Aeródromo de Trânsito Nº1, em Lisboa. AANS esteve representada por José Pereira.

— Reunião de delegados em Beja. A delegação da ANS foi composta por Lima Coelho, Ernâni Balsa, Álvaro Martins e João Nogueira.

▲ 16 JULHO

— Reunião de delegados do Algarve, em Tavira. A delegação da ANS foi composta por Lima Coelho, Ernâni Balsa, Álvaro Martins e João Nogueira.

▲ 26 JULHO

— Reunião de Sargentos na Voz do Operário, em Lisboa.

▲ 31 JULHO

— Audiência concedida pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. Júlio Castro Caldas. A delegação da ANS foi composta por Teixeira da Silva, Lima Coelho e Álvaro Martins.

▲ 4 AGOSTO

— Audiência concedida pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, TGen Faria Leal. A delegação da ANS foi composta por Teixeira da Silva, Lima Coelho e Álvaro Martins. ●

14º Aniversário do C.S.F.A.



No dia 15 de Julho, no Aeródromo de Trânsito Nº 1, na Portela, teve lugar a comemoração do 14º Aniversário do Clube

dos Sargentos da Força Aérea (CSFA), com a presença de numerosos sócios, respectivas famílias e diversas entidades convidadas.

A confraternização, que decorreu sempre num clima de boa disposição e camaradagem, iniciou-se com um almoço excelentemente preparado pelos serviços da messe do A.T.1, após o qual se procedeu a um período de intervenções, seguindo-se a abertura do bolo de aniversário.

É de lamentar, apenas, que numa festa tão bonita, não se tenha feito notar a presença dos Sargentos da Força Aérea das gerações mais recentes, facto a que não é alheia a política de concessão de exploração a empresas civis dos bares dos Clu-

bes de Sargentos nas unidades deste Ramo, que tem constituído o factor de afastamento entre os militares, uma vez que os clubes deixaram de ser o ponto de encontro dos Sargentos e suas famílias, como o foram até há alguns anos atrás. Perde-se, assim, espírito de corpo e perdem as gerações mais novas a oportunidade de conviver e aprender com aqueles que tanto contribuíram e continuam a contribuir para o prestígio da Força Aérea.

Por outro lado, os camaradas que deram vida ao C.S.F.A., mantendo-se muitos deles ainda na direcção, merecem que surjam novos sócios que se empenhem na divulgação e crescimento do clube, dando assim continuidade ao excelente trabalho desenvolvido ao longo dos anos, em prol dos Sargentos da FAP.

Aqui fica lançado o desafio! Quanto à festa, ficaram a perder os que não estiveram presentes! ●

José Pereira
1SAR/FAP

Conhece os teus DIREITOS

Apoio específico para propinas — aproveitamento escolar

Da Direcção-Geral de Pessoal/MDN, a ANS recebeu um ofício sobre "a manutenção do direito ao apoio específico para propinas no que se refere a estudantes que não lograram obter aproveitamento escolar devido a situações de doença", que transcrevemos.

"Sempre que um estudante que beneficie de apoio específico para propinas ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 358/70, de 29/07, não obtenha aproveitamento escolar em consequência de doença devidamente comprovada, por atestado médico, a apresentar no estabelecimento de ensino frequentado, deve continuar a beneficiar deste apoio."

Relativamente a **aproveitamento escolar**: "A concessão e manutenção do benefício estabelecido pelo DL nº 358/70, de 29/7, que nos termos da Lei 113/97, de 16/9, resulta no apoio específico para efeitos de pagamento da propina aos estudantes destinatários daquelas normas, depende do respectivo aproveitamento escolar.

"Considera-se que teve aproveitamento escolar num ano lectivo o estudante que reuniu as condições fixadas como tal pelo órgão legal estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior em que se encontra matriculado e inscrito.

"O aproveitamento escolar comprova-se, no caso de transferência de estabelecimento de ensino, por documento solicitado ao aluno, passado pelo estabelecimento de ensino que este frequentou no ano lectivo transacto. Nos demais casos, conclui-se do aproveitamento escolar pelo acompanhamento dos respectivos processos de candidatura ao benefício ou, no caso de dúvida, por documento solicitado ao estabelecimento de ensino superior em que o aluno se encontra matriculado e inscrito". ●

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Protocolo na venda de escapes para automóveis

Entre a ANS e a **SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda.**, foi estabelecido um protocolo para o fornecimento de escapes para automóveis aos sócios da ANS, nas seguintes condições:

1 — No acto de compra todos os associados da ANS terão, obrigatoriamente, de apresentar o respectivo cartão de sócio.

2 — Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

■ **Entroncamento** — Zona Industrial

Telef.: 249 720 050

■ **Lagoa (Algarve)**

Rua Mouzinho de Albuquerque, 3

■ **Vila Nova de Gaia**

Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

Protocolo com a CEPISA na venda de combustíveis

A ANS assinou um protocolo com a CEPISA Portuguesa, Petróleos S.A., para benefício dos sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de **6\$00 por litro de qualquer combustível** é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de **20% em lubrificantes**, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPISA.

A ANS enviou por correio aos sócios uma circular explicativa das condições de adesão, acompanhada da "**Proposta de Adesão**", que os interessados devem preencher para obtenção do car-

tão da Cepsa. Esta Proposta de Adesão para ser válida tem de ser posteriormente autenticada pela ANS. Assim, os sócios devem entregar as propostas ao Delegado da ANS. Só a ANS pode enviar as propostas aos serviços da CEPISA para emissão do respectivo cartão "Cepsa Team".

Os sócios que, por qualquer motivo, não receberam a Proposta de Adesão (p.e.: há sócios que mudam de residência e não comunicam o facto à ANS), podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à secretaria da ANS, em Lisboa (e aproveitar para actualizar a morada).

Para mais informações e esclarecimentos de quaisquer dúvidas, não hesitem em contactar a ANS, por telefone, fax, carta ou directamente (ver números e morada na ficha na pág. 2 deste jornal). ●

Saiba o que há entre a União Cultural Desportiva Arripiadense e a Associação Nacional de Sargentos

No ano de 1985 um grupo de Sargentos que prestavam serviço na Escola Prática de Engenharia pensaram em participar no **Campeonato Nacional de Triatlo**, e como era conhecido e do mesmo curso de alguns deles, tive o grato prazer de ser convidado. Sou da Arma de Infantaria e estava colocado no RI Abrantes.

Foi necessário ter por detrás uma estrutura organizada que nos facilitasse os estatutos e nos apoiasse com um mínimo de condições. Depois de alguns contactos com colectividades da região optámos pelo Clube Estrela Verde de Constância, e optámos mal pois o apoio foi raro e a maioria das vezes nulo! No ano seguinte, depois de reunidos, optámos por continuar juntos mas mudar de clube. Foi nessa altura que o nosso camarada Rebelo, residente na aldeia do Arripiado, nos fez a proposta de abrimos uma secção no União Cultural e Desportiva Arripiadense e representarmos a sua bonita aldeia. Em boa hora o fizemos pois a colaboração começou a ser mútua e o nosso grupo começou a aumentar. Amigo convida amigo, e chegamos ao ano 2000 com 16 atletas inscritos na Federação de Triatlo de Portugal, e individualmente e colectivamente com

alguns resultados de valor.

Foi nessa altura que um do grupo chamou a nossa atenção: "Vocês já repararam que somos quase todos Sargentos? Se juntássemos o útil ao agradável e fizéssemos uma proposta à Associação Nacional de Sargentos para que nos apoiassem para fazermos face a algumas despesas e nós fizéssemos chegar o nome da ANS pelo nosso País fora?"

Assim foi e iniciámos os contactos. Contactos frutíferos para as duas partes pois hoje, a equipa do UCDA composta por quatorze Sargentos e dois civis, transporta pelo País fora, em todas as provas do calendário Nacional, o emblema da ANS e a inscrição de "Associação Nacional de Sargentos", o que faz com que o "speaker" que comenta as provas, à nossa passagem refira variadíssimas vezes "...aqui vai o atleta X da União Cultural Desportiva Arripiadense / Associação Nacional de Sargentos..."!

Desde já grato pela colaboração. ●

O seccionista,
Sebastião Pereira Fraústo

M I S C E LÂ N E A

11º Aniversário da ANS

"Quão difícil nos temos movido"...

O 11º Aniversário da ANS foi assinalado com um "Porto de Honra" na sede do Clube de Sargentos da Armada, em Lisboa, no dia 19 de Junho. Na ocasião, Lima Coelho, presidente da Direcção da ANS, proferiu breves palavras que a seguir transcrevemos.

Não há dúvida alguma que outro não poderia ser o nosso lema! Em meados da década de sessenta começa a surgir a necessidade da criação de um órgão que, de alguma forma, congregasse a classe, os seus anseios, os seus problemas específicos. Esta necessidade sempre presente, não assumiu um contorno mais visível senão após o 25 de Abril, com a fundação do Clube do Sargento da Armada.

Entretanto, a forma coesa e sentida como os Sargentos começaram a comemorar o 31 de Janeiro de 1891 como Dia Nacional do Sargento, em particular a partir de Janeiro de 1978, reforça ainda mais o sentimento de que seria necessário avançar para qualquer coisa mais concreta e objectiva... Esta come-



moração de um acto histórico e heróico causou grandes preocupações num lado e enormes dificuldades e perseguições noutro, mas, como sempre na classe de Sargentos, a perseverança e a coragem marcaram os acontecimentos. Durante mais de uma década esta era a data de reunião da classe por excelência, até que a força de mais de quatro mil Sargentos abriu a porta para o nascimento da nossa Associação Na-

cional de Sargentos.

Nunca é demais honrar quem teve a ousadia de o decidir e a consciência das dificuldades que iriam enfrentar bem como a assumpção do aumento de responsabilidades que tal decisão acarretaria. Bem haja quem teve a coragem de o assumir...

Hoje, onze anos passados, "parece que foi ontem..." dirão uns, trazendo à memória as alegrias e momentos tão

bonitos que também já passámos; "parecem séculos..." dirão outros, quando a memória os leva para as punições, dificuldades e ignomínias sem par, mas hoje, onze anos passados, estamos maiores, estamos mais firmes e jamais estaremos sós!

Os Sargentos têm sido e continuam a ser uma das categorias que mais se tem batido pela dignidade da condição militar em todas as suas vertentes. E a prova disto está perante todos nós, neste espaço em que estamos a comemorar mais um aniversário. Os clubes, com a sua vertente sócio-cultural, e a ANS com a sua vertente sócio-profissional, fazem o todo da luta pela dignidade de uma classe que nunca quis, nem soube ser outra coisa senão DIGNA!

Assim, e para concluir, na presença e companhia de todos os aliados e amigos que temos granjeado, quero reforçar a ideia de que, também como o poeta, continuaremos a pensar que "o sonho comanda a vida e sempre que um homem sonha o Mundo pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança...(de onze anos)!"

O mísero aumento

Tal como vínhamos alertando, tudo parece encaminhar-se para a ausência de respostas efectivas a problemas gritantes com que se debatem as FA's e os militares.

O aumento anunciado de 7% para as despesas de funcionamento das FA's é uma insignificância face aos reais e graves problemas existentes e face ao usual procedimento de cativação de verbas que, embora vá ser anulado em 2001, será materializado em 2000. Na verdade e a esta luz, o anunciado aumento de verbas é muito mais uma operação de marketing para a opinião pública do que algo de substancial.

Não temos a opinião de que o país e as suas necessidades começam e acabam nas FA's. Há a saúde, a educação, a segurança social, etc., etc. Mas, quem assume arrastar o país e as FA's para projectos supranacionais, forças europeias, etc., tem

de ter "unhas para tocar essa música".

O Governo não pode querer ter "sol na eira e chuva no nabal". E o que se verifica é que há muita "chuva no nabal".

Com este aumento continuarão adiadas as medidas para resolver os problemas do sistema retributivo. E não falamos só naquilo que aos Sargentos diz respeito. Falamos dos graves problemas existentes nos Oficiais subalternos e nas Praças do QP. Falamos dos inúmeros outros problemas de carreira, de instalações, de equipamento, etc.

O alerta do General CEMGFA Espírito Santo foi bem intencionado e aplaudimo-lo. Mas a realidade é que o Orçamento de 2001 tal qual se conhece é, no essencial, de manutenção dos níveis que temos vindo a conhecer e esses níveis estão abaixo, muito abaixo, das necessidades requeridas. ●

Uma questão de justiça!

As dificuldades e injustiças sentidas no seio da classe de Sargentos não são exclusivas dos militares do Quadro Permanente mas estendem-se àqueles que se encontram em regime de contrato. E vem esta constatação a propósito da abertura de concurso de admissão para o curso de formação de sargentos dos quadros permanentes na Força Aérea.

De facto, jovens camaradas "milicianos", que há três, quatro ou mais anos vêm desempenhando, e cumprindo, missões respeitantes aos postos que detêm, nos mais variados serviços, com a responsabilidade e autoridade que lhes são inerentes, são agora confrontados com um tratamento desigual, de gritante injustiça, mercê de critérios de avaliação muito mais exigentes...

Jovens camaradas "milicianos" (...) são agora confrontados com um tratamento desigual, de gritante injustiça, mercê de critérios de avaliação muito mais exigentes...

Sendo a média da "avaliação e informação" um dos factores selectivos na nomeação para a prestação de provas, há sargentos que nem a esta etapa chegam pois não atingem as médias que apresentam os militares com quem concorrem.

Foram, no entanto, introduzidos "factores de correcção" que, para além de criarem uma ideia falhada de reposição de justiça, se revelaram de todo insuficientes.

Talvez não fosse desavisado criarem-se números específicos de vagas para as diferentes classes de militares em concurso, pois só assim se respeitariam os direitos de quem, logo na origem, parte em desvantagem, apesar de todas as provas de serviço já prestadas... E que também não seja o género (masculino ou feminino), factor de peso ou determinante na forma de seleccionar...

É, afinal, apenas uma questão de justiça... ●

Ajuda a adquirir a sede da ANS

Contribui depositando o teu donativo na conta abaixo indicada

CGD: 0035.0514.00033061530.26

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Plano ANS de Seguros

A ANS celebrou com diversas seguradoras, através da Decla, um corretor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente** para Sargentos sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (incluindo Assistência em Viagem e Protecção Jurídica)
 - Preços a partir de 26.789\$00/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
 - Preços a partir de 813\$00 por cada 1.000 contos
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica — trabalho à hora)
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
 - Intervenção Cirúrgica; Tratamentos; Medicamentos, etc; Desconto superior a 50%
- ✓ **VIDA/POUPANÇA** (diversos para vida militar, **incluindo missões no estrangeiro**)

CONTACTA:

Sede da ANS: ☎ 21 815 49 66 (todas as 6ª fs., das 14H00 às 18H00); ☎ Fax: 21 815 49 58 (todos os dias).

Paga menos pelos teus seguros, aderindo ao Plano da ANS